

A BUSCA DA CIDADANIA PELAS MULHERES E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

MARIA CLAUDIA PAES FEITOSA JUCÁ

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
Campus de Cedro
<claudiafjuca1@hotmail.com>

Resumo. Este trabalho propõe-se a uma reflexão sobre as mulheres e sua trajetória em busca da cidadania na sociedade ocidental, mais especificamente no Brasil. Para tanto, apresenta um percurso histórico da sociedade contextualizando as conquistas e os desafios enfrentados pelas mulheres, numa realidade caracterizada pela exploração e pela desigualdade de classes. A história das mulheres reflete uma relação desigual, isolando os que podem e os que não podem, naturalizando vivências, preconceitos que ficam enraizados em nosso inconsciente, e traduzem-se em posturas e atitudes no nosso cotidiano. O desenvolvimento da história das mulheres foi registrado, em sua maioria, pelo olhar masculino, já que os homens eram transmissores tradicionais da cultura na sociedade. Este percurso convoca o leitor a refletir sobre o fato de que a história e a luta pela cidadania das mulheres não é a mesma história dos homens. Há pontos significativos que exercem impacto tanto na realidade feminina como na masculina. Entender melhor este contexto sugere um caminho que integre homens e mulheres em suas relações e que se comprometam na construção de uma sociedade mais igual.

Palavras-chaves: Cidadania. História. Mulheres. Desigualdade.

Abstract. This paper proposes a reflection on women and their trajectory in search for citizenship in Western society, more specifically in Brazil. In order to do so, it presents a historical course of society contextualizing the achievements and challenges faced by women in a reality characterized by exploitation and inequity of classes. Women's history reflects an uneven relationship, isolating those who can and those who can not, naturalizing experiences, prejudices which are ingrained in our unconscious, and are translated into behaviors and attitudes in our daily lives. Women's history development has been mostly recorded under men's perspective, since men have been the traditional transmitters of culture in society. This route invites the reader to reflect on the fact that women's history and struggle for citizenship is not the same as men's. There are significant points that impact on female's reality as well as on male's. Better understanding this context suggests a way which integrates men and women in their relationships and that commit them in the construction of a more equal society.

Keywords: Citizenship. History. Women. Inequity.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é apresentar algumas considerações acerca do percurso histórico das mulheres na sociedade ocidental lançando um olhar crítico sobre sua participação nos espaços público e privado e tentando trazer à tona os mecanismos perpetuadores da exploração e da discriminação das mulheres, bem como as vozes que se levantaram contra esta forma de pensamento. Neste contexto emergem algumas questões tais como: Qual a importância de tornar pública a história das mulheres? que contributo pode trazer a participação efetiva das mulheres na sociedade?

Valorizar a história feminina não significa desvalorizar a história masculina. Pelo contrario, esperamos, com esta reflexão, contribuir para a construção de um projeto partilhado no qual homens e mulheres tenham entre si uma relação de respeito e de igualdade, compartilhando os mesmos espaços e participando equitativamente das decisões. Como metodologia, adotamos um estudo de revisão bibliográfica tendo como esteio as ideias de diversos autores e pesquisadores que abordaram o assunto.

As reflexões situam-se numa perspectiva crítica e emancipadora, à luz das contribuições de muitos (as)

que acreditaram e acreditam na igualdade entre todos os seres como um direito, como uma forma de valorização da vida e do espaço social.

2 A HISTÓRIA DAS MULHERES: UMA HISTÓRIA DE AVANÇOS E RECUOS

A Sociedade Moderna é palco de muitas transformações. Com o advento da industrialização e a ocorrência de mudanças político-sociais a vida ocidental experimentou profundas alterações que foram refletidas na história das mulheres. Mecanismos culturais garantiram, durante muito tempo, o reforço das ideias de subordinação feminina e de inferioridade das mulheres dos quais nos fala Nash (2005)

[...] entre estes mecanismos, as representações culturais da feminilidade desempenharam um papel fundamental. Estas tiveram um enorme impacto na condição social feminina, ao criarem um imaginário colectivo que transmitia crenças negativas em relação às mulheres, dificultando, deste modo, o pleno desenvolvimento do seu potencial e igualdade... (NASH, 2005, p. 31)

Neste contexto, referiremos o termo Gênero¹ como um elemento organizador das relações sociais, sem esquecermos, todavia, a não existência de uma definição unívoca deste conceito, já que se trata de um termo que vai se reelaborando com o avanço dos estudos e investigações científicas. SCOTT (1991) define gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como forma primeira de significar as relações de poder .

A categoria gênero deve ser percebida para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural. Deve ser vista não de forma isolada, mas interrelacionada, dentro de um contexto histórico-cultural que não é linear, nem homogêneo, e sim fruto das contradições e da luta de classes. As mulheres ao longo da história tiveram grandes embates para verem reconhecidos os seus direitos. Nesta perspectiva pode-se ver o papel importante que as mulheres tiveram na Revolução Francesa, no século XVIII.

¹ Neste trabalho respeitar-se-á a proposta de HENRIQUES, Fernanda, em seu livro *Igualdades e Diferenças-propostas Pedagógicas*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 20, que distingue sexo e gênero como: sexo é a característica biológica, é a referência à determinação biológica de cada indivíduo, que implica características cromossômicas, hormonais e morfológicas. Por gênero entende-se um conjunto de normas, diferenciadas para cada sexo, que são elaboradas pela sociedade e impostas aos indivíduos desde que nascem como modelo de identificação.

Em França, a maioria das mulheres que deseja exprimir-se sobre a Revolução fazem-no publicamente... a partir de 1789, em brochuras ou em petições, mulheres proclamam à face da sociedade revolucionária as suas esperanças, apresentam propostas de reformas, reivindicações (GODINEAU *apud* DUBY; PERROT, 1991, p. 31).

Esta Revolução foi um momento de mutação decisiva na história das mulheres, pois foi o momento no qual aconteceu um questionar sem precedentes das relações entre os sexos. A problemática das mulheres inscrevia-se então no debate político da sociedade da época. Não obstante, esta inscrição não era por si só suficiente para fazer desaparecer as desigualdades

Assim, durante o século XIX e grande parte do século XX em muitos países ocidentais, as mulheres viram-se postergadas e privadas de direitos civis e políticos. Eram consideradas como menores, incapazes de assumir responsabilidades cívicas e políticas (NASH, 2005, p. 30).

Ao remontar ao século XVII, vê-se que alguns debates sobre a desigualdade adquiriram dimensões de reivindicação. É o caso de Paulain de la Barre, filósofo francês, seguidor de Descartes, quando sublinhava o fato de que a desigualdade social não era consequência da natureza e sim estava ligada a fatores culturais.

No século XVIII vemos a ação de mulheres como Olympe de Gouges que lutou fortemente contra a crença na inferioridade das mulheres, deixando um importante legado que foi a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que, por sua vez, constituía-se numa importante formulação política em defesa da cidadania feminina e que tornava evidente a insuficiência dos direitos políticos assegurados pela Revolução. Igualmente Mary Wollstonecraft, reconhecida como uma das vozes importantes do feminismo moderno, criticou duramente aqueles que consideravam “naturais” determinados papéis sociais impostos às mulheres, os quais reduziam-nas à função reprodutora. Esta autora defendeu a humanidade plena das mulheres e enalteceu uma educação que tornasse tais mulheres autônomas e que as valorizasse enquanto seres racionais. Travou pesadas batalhas contra as teses misóginas de Rousseau.

Na primeira metade do século XX teve destaque a figura de Simone de Beauvoir quando suscitou o debate sobre a feminilidade como uma construção social e examinou a condição feminina. Segundo ela, o homem é o padrão, a norma, enquanto a mulher existe a partir do

homem. O ser mulher é uma construção cultural. Sobre isto esclarece-nos o seguinte:

O homem representa ao mesmo tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos... A mulher aparece como o negativo, de modo que toda a determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1987, p. 12).

Estas vozes, dentre muitas outras, levantaram-se num contexto onde imperava o silêncio, a exclusão, pois a história das mulheres é uma história de submissão, mas também de resistência. É uma história que recomeça a cada momento, no instante em que as mulheres decidem construí-la, escrevê-la com suas próprias mãos.

Não obstante, muito do que já foi escrito sobre as mulheres retrata o pensamento dos homens, pois foi escrito por eles próprios. Como sublinha Henriques (1995, p. 20)

É um lugar comum dizer-se que, ao longo dos tempos, as mulheres foram ditas, não se disseram a si mesmas. No entanto, não deixa de ser menos verdadeiro, pelo fato de ser quase uma banalidade. A fala, a argumentação, a retórica, são, pelos menos na sociedade ocidental, instrumentos de poder que têm sido tradicionalmente vedados às mulheres, confinando a legitimidade do falar feminino ao espaço privado (HENRIQUES, 1995, p. 28).

Ou seja, aprendeu-se uma história escrita no masculino e que designava o que deveria ser a mulher e o seu comportamento, excluindo-as da participação política e social, vedando-lhes o pleno desenvolvimento do seu potencial. Havia uma desigualdade que assentava em leis e normas reguladoras da subalternidade feminina. Esclarece-nos ainda que:

[...] as mulheres careciam de direitos políticos e civis. Sofriam restrições no que diz respeito ao acesso à propriedade, ao direito hereditário, à educação, ao desempenho profissional e ao trabalho assalariado. A presença das mulheres nos espaços públicos estava limitada, já que existia uma subjugação legal intransponível da mulher casada em relação ao seu marido (HENRIQUES, 1995, p. 28).

Era uma situação de desigualdade e de exclusão. As mulheres eram consideradas inferiores e sua imagem

estava sempre associada à domesticidade e à sua natureza feminina. Sobre a participação das mulheres Diaz (2002, p. 25) argumenta: “[...] *la mujer había quedado siempre fuera del discurso histórico, que su contribución. había sido conscientemente omitida y que la mujer occidental había estado siempre subordinada, legal e ideológicamente. al varón*”².

Arendt (2001) apresentava a esfera pública (*polis*) como a esfera da liberdade, enquanto que a esfera privada (*oikia*) era a da necessidade, segundo o sistema de democracia vigente na Grécia Antiga. No mundo da *oikia* realizavam-se as atividades de reprodução familiar, da manutenção da vida, da sobrevivência da espécie. Diz-nos Arendt (2001, p. 4) que “[a] *polis* diferenciava-se da família pelo fato de só conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade.” A igualdade era a própria essência da liberdade. As mulheres, assim como os escravos, não eram consideradas seres humanos, não eram livres, antes, porém eram propriedade de outros, e suas vidas eram dedicadas a funções corporais.

Durante séculos elaborou-se um discurso de gênero que reforçava, no imaginário das pessoas, a ideia de fragilidade, subalternidade e incapacidade da mulher, em contraponto com a racionalidade, a força e a competitividade dos homens. Para ratificar tais estereótipos não faltaram “estudiosos” que, com suas teorias, tentaram convencer a todos/todas sobre a inferioridade das mulheres.

A mulher abnegada, dócil, talentosa nos afazeres domésticos era o paradigma da mulher ideal. Sobre este tema, Pinto (2008, p. 12) explica que: “[...] o paradigma da domesticidade trouxe como corolário o princípio da mulher inativa, ou seja, da mulher que não trabalha segundo o novo conceito de trabalho decorrente da economia de mercado.”

Na história do Brasil conforme assinala Priore (1994) a mulher tem surgido de forma recorrente à luz de estereótipos. A imagem da mulher da elite branca como submissa material e sexualmente contrapõe-se à imagem da mulher pobre, negra relacionada à promiscuidade e a lascívia. Para ambas o espaço reservado era o espaço privado.

Reflexos deste ponto de vista podem ser facilmente encontrados na sociedade atual. O trabalho doméstico ainda é discriminado e desvalorizado. O espaço privado é o espaço do silêncio, da solidão, enquanto que o espaço público é o lugar de confluência da palavra e do

² “[...] As mulheres sempre foram deixadas fora do discurso histórico, que a sua contribuição havia sido conscientemente omitida e que a mulher ocidental havia estado sempre subordinada, legal e ideologicamente ao homem.” (Tradução livre feita pela autora)

agir humano, onde seres humanos revelam sua singularidade, gerando opiniões.

Com o processo de industrialização e a monetarização da economia, surge um novo modelo social de gênero, reforçando um discurso que naturalizava a diferenciação sexual. Como afirma também Pinto (2008):

[...] o impacto da industrialização traduziu-se menos numa radical mudança na relação das mulheres com o trabalho do que na redefinição das relações entre mulheres e homens, gerando um reforço da divisão sexual do trabalho. Esta reconceptualização da feminilidade e da masculinidade foi sustentada por representações simbólicas bem hierarquizadas e convergentes com um edifício ideológico-discursivo naturalizador da diferenciação sexual (PINTO, 2008, p. 14).

A força deste discurso perdura até aos dias atuais, não faltando quem acredite e defenda com veemência que as mulheres devem estar restritas ao serviço doméstico e ao cuidado da família, sob pena delas prejudicarem a vida familiar, caso se encaminhem ao mundo do trabalho e à participação política.

Não obstante, o Século XXI é um século em que as mulheres tomam a palavra e o controle de suas identidades, engajam-se em lutas contra a discriminação e o preconceito, tentam quebrar estereótipos e constroem múltiplas vias de realização.

Entretanto ainda em muitos lugares, as mulheres carecem de direitos civis e políticos, sofrem diversas restrições no que se refere à educação, ao direito de propriedade, ao acesso ao trabalho assalariado, à participação política. A vida para algumas mulheres está vinculada à vida dos pais, com uma relação de submissão ao pai e, posteriormente, ao marido. Não têm vida em si próprias. Não têm poder decisório, nem direito a opinar em situações que, muitas vezes, envolve sua própria vida. Suas vidas restringem-se ao espaço privado. A vida é vista, por muitas mulheres, através do buraco da fechadura.

O discurso da domesticidade legitima a opressão e a discriminação. Nash (2005) di-lo de forma categórica:

O discurso da domesticidade legitimou, de forma inquestionável, a divisão de papéis de gênero e dos espaços de atuação de cada um, feita de acordo com as características do homem e da mulher. A exclusão feminina da esfera pública foi argumentada tendo como base as supostas aptidões naturais da mulher para a vida doméstica, tais como a afetividade, o sentimentalismo, a abnegação e a

falta de atributos “masculinos”, como a racionalidade, a inteligência, a capacidade de juízo ou competitividade (NASH, 2005, p. 45).

Através destes discursos criaram-se categorias de identidade ligadas ao que era considerado normal ou anormal na sociedade, mantendo-se as relações de poder. É certo que a vida das mulheres mudou. E nas últimas décadas mudou muito. Hoje há grandes conquistas nos campos sociais, político, econômico e epistemológico. Os direitos conquistados, a incorporação das mulheres nas universidades, a participação destas nas políticas sociais permitiram-lhes rever os conhecimentos adquiridos sobre sua história, questionar a veracidade destes e analisar a partir de que olhares foi construída tal história.

Esta revisão permitiu um novo olhar sobre o passado e a elaboração de perguntas para as quais nem sempre tinham resposta imediata.

Há uma necessidade de demonstrar que a mulher é sensível, irracional e incapaz, necessitando, pois, da tutela dos homens a quem é destinado o poder da razão. E este poder não pode ser partilhado, pois, ao que nos parece, ao ser partilhado deixa de ser poder. Também é assim no que se refere a características tidas como “femininas” como é o caso da sensibilidade. Certamente os homens perderam muito por não verem em si reconhecida tal característica. Muitos acham que demonstrar sua sensibilidade significa ser menos “homem”. Confunde-se a característica com a natureza.

Na verdade, atualmente muitos homens e muitas mulheres reconhecem em si e nas outras pessoas tais características, o que os torna seres humanos mais completos. Não obstante, estes são os que atraem para si os olhares e as críticas ferrenhas de uma sociedade, que com a força do seu discurso exerce com mão de ferro o controle social.

De acordo com Rago (2004, p. 34)

[...] até recentemente, de modo geral, as mulheres não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade não apenas do acesso aos negócios, aos cargos públicos e de direção, à cultura e à educação, como também a do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafés e de determinados espaços de lazer ou prazer, pelo menos não nas mesmas condições que os homens.

As mulheres eram restritas ao serviço doméstico, que por sua vez, não era considerado trabalho. Configurava-se uma história de obscuridade, de silêncio.

Nos Séculos XIX e XX houve muitas conquistas no campo dos direitos das mulheres. Há uma participação crescente das mulheres no mundo do trabalho, aumentam o número de desquites e de divórcios, há um maior acesso à educação formal, surge o Movimento Feminista.

Sobre o feminismo Hirata *et al.* apud Soares (2004, p. 170) afirmam que

O feminismo como movimento coletivo de lutas das mulheres se manifesta como tal na segunda metade do século XIX. Estas lutas repousam sobre o reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas e sobre a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e de que existe a possibilidade política da sua transformação. A reivindicação dos direitos das mulheres nasce da distância entre a afirmação dos princípios universais da igualdade e a realidade da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres.

Não há ainda um discurso político unívoco em torno do feminismo. Há diferentes perspectivas deste assunto. No entanto, de acordo com Ergas (1991, p. 591)

A inclusão dos direitos das mulheres na lista de reivindicações de várias organizações políticas, tal como a atenção agora pelo menos formalmente dada à representação das mulheres, ou ainda a constituição de formas específicas de ação destinadas a promover os interesses das mulheres, fornecem sinais tangíveis do impacto do feminismo.

A emancipação das mulheres não resulta apenas na conquista da igualdade. Ela significa também a luta pela eliminação da violência em todos os seus aspectos, pela abolição do trabalho precarizado, direito a ser ouvida e valorizada, pela ruptura com a subordinação.

Por fim conforme afirma Priore (1994, p. 7): “A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.”

2.1 MULHERES BRASILEIRAS: A CONQUISTA DA CIDADANIA FEMININA

Segundo Sarti (2001) embora uma confluência de fatores tenha contribuído para a eclosão do feminismo

brasileiro nos anos 70 - como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, o feminismo militante no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota da luta armada. Surge num período negro em que a América Latina estava sob a égide de implacáveis ditaduras, as quais calavam as vozes discordantes.

Neste contexto as mulheres insurgem-se não somente contra os regimes autoritários, mas também transgridem as expectativas que enxergam a mulher em um lugar de submissão e silêncio.

Como nos diz Sarti (2001, p. 39)

O feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio

Ao olhar atentamente para a Constituição da República Federativa do Brasil do ano 1988, percebe-se que ela simboliza um grande avanço na consolidação dos direitos e garantias fundamentais do povo brasileiro³. Para sua elaboração, houve uma significativa participação da sociedade através das emendas sugeridas. As mulheres participaram neste processo democrático com conquistas importantes, como por exemplo, a da igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental. Não obstante, há muito o que conquistar.

³No seu artigo 3º afirma que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Disponível no site www.planalto.gov.br. Consultado em: 05/06/2007.

Apesar de atualmente haver muitas mulheres no mercado de trabalho, ainda são poucas as que ocupam cargos de chefia. Também é ainda pequena a presença de mulheres nos postos de decisão do país, o que evidencia uma lacuna existente entre o que está assegurado na lei e o que é posto na prática. Há ainda um caminho a percorrer. Como afirma Piovesan (2006, p. 51):

[...] constata-se a crescente democratização da vida pública, com uma participação cada vez mais ativa de mulheres nas mais diversas arenas sociais. Resta, contudo o desafio da democratização da esfera privada-cabendo ponderar que ela é imprescindível para a própria democratização do espaço público.

Logicamente a situação das mulheres brasileiras muda de região para região, e até mesmo dentro de uma mesma região. As políticas sociais nem sempre são acessíveis para todas as mulheres e, algumas vezes, desconsidera-se as especificidades e particularidades que existem. Eis, a seguir, alguns dados que se referem às mulheres e que merecem um pouco da nossa atenção. Pena et al. (2005) afirma que

Em geral, muito progrediu o Brasil ao longo das últimas décadas no tratamento das questões de gênero e na redução das diferenças socioeconômicas entre homens e mulheres. Três avanços importantes merecem ser mencionados: primeiro, o acesso e uso de contraceptivos aumentou enormemente, resultando em uma queda acentuada na taxa de fecundidade e no tamanho das famílias. Segundo, o nível educacional das mulheres aumentou a ponto de, na média, elas apresentarem agora mais escolaridade do que os homens. E, terceiro, embora os homens ainda predominem no mercado de trabalho, a participação das mulheres tem aumentado constantemente, ao mesmo tempo em que se observa a diminuição da diferença salarial entre os sexos (PENA et al., 2005).

Entretanto, o fato de as mulheres terem aumentado a sua participação no mercado de trabalho não resulta em equidade no que se refere aos rendimentos auferidos por homens e mulheres. Em média as mulheres ocupadas ganham menos que os homens ocupados, o que demonstra uma clara desigualdade, sem esquecermos que os cargos de liderança nas empresas são, em sua grande maioria, ocupados pelo sexo masculino.

Efetivamente, as mulheres estão representadas nos trabalhos menos bem remunerados, que requerem baixa

qualificação e que oferecem poucas possibilidades de desenvolvimento, e os seus rendimentos refletem ainda uma desigualdade notória existente entre o trabalho masculino e o trabalho feminino.

Para as mulheres da zona rural há ainda a falta de apoio e a desvalorização do trabalho doméstico, a pouca oferta de oportunidades de capacitação e de estudos, com pouca autonomia para o seu crescimento pessoal e social. Muitas veem na ida para as cidades uma oportunidade de estudar, trabalhar e se tornarem autônomas.

Qualquer que seja o país, e mesmo que a separação tenha se reduzido muito durante as últimas décadas, a liberdade de acesso das mulheres a uma atividade remunerada é menor que a dos homens, e permanece ainda muito desigual, dependendo do país. Este acesso das mulheres à esfera pública depende de inúmeros fatores, dentre os quais queremos destacar a educação. Percebemos que a presença das mulheres nas Universidades foi ampliada e que, lentamente, elas passam a ocupar cargos de decisão. São conquistas que não podem ser ignoradas.

A educação poderá impulsionar uma tomada de consciência das mulheres, configurando a sua autoestima, oportunizando o desenvolver do senso crítico e dando-lhes poder para buscarem alternativas de melhoria de vida, de superação das situações de desigualdade, de reivindicação dos seus direitos, fomentando sua participação ativa nos espaços públicos e de decisão.

A conscientização pode contribuir para o desvelar das situações de injustiça e discriminação, e favorecer o acesso das mulheres ao espaço público, de forma que as suas ações e decisões possam ter influência positiva nos diversos setores da sociedade. Como diz Bonder (1994, p. 25) "*Es un hecho ampliamente reconocido que la expansión del sistema de educación formal benefició particularmente a las mujeres y, complementariamente, que el cambio más evidente en su condición social se expresa en su acceso masivo a la educación.*"⁴

São dados importantes que configuram uma promessa de melhoria e de avanço na sociedade. Não se pode esquecer que o analfabetismo não é casual. Ele caracteriza em sua maior parte as pessoas pobres, destituídas de poder, sendo uma clara manifestação da desigualdade social. No Brasil há quem afirme que a pobreza tem nome: é mulher, negra, nordestina. Corroborando com este pensamento Cohn (1995) quando diz que:

[...] para um brasileiro que nasça em uma fa-

⁴É um fato amplamente reconhecido que a expansão do sistema de educação formal beneficiou particularmente às mulheres e complementariamente, que a mudança mais evidente em sua condição social se expressa em seu acesso massivo à educação."(tradução livre feita pela autora do artigo)

mília chefiada por uma mulher, negra, com baixo nível de escolaridade, com grande número de crianças menores de dez anos, e que viva no Nordeste, a probabilidade de ser pobre é de 95%. Retirada a variável "residência no Nordeste" esta probabilidade cai para 87%, mas somente a variável "maior nível de escolaridade reduz essa probabilidade para 86%."

Silva (2005) também denuncia a situação desigual das mulheres em relação à pobreza. Diz ela:

Por via de regra, as mulheres são as maiores vítimas da pobreza extrema e relativa. São as mulheres que mais sofrem com a falta de emprego remunerado, com as dificuldades de acesso aos cuidados primários de saúde e ao ensino, com a falta de saneamento e escassez de comodidades domésticas. São as mulheres pobres que mais sujeitas estão a práticas atentatórias de direitos humanos fundamentais, com vidas mais precárias e de maior risco relativamente à prostituição e ao tráfico humano. (SILVA, 2005, p. 123)

Ainda citando Silva (2005, p. 144), uma das razões pelas quais se deve investir na luta pela igualdade de gênero é uma razão óbvia, "as mulheres constituem mais da metade da população mundial e vivem mais tempo. São pois, simultaneamente, o maior potencial de recursos humanos, como também a parcela mais elevada de destinatários do desenvolvimento humano."

A igualdade e as práticas de equidade de gênero no Brasil ainda não estão consolidadas. Em pleno século XXI vemos o problema da violência de gênero, a discriminação sexista no mundo do trabalho e a marginalização das mulheres nos postos de tomada de decisão política, militar e econômica, refletindo de certo modo o contexto mundial, no qual as mulheres ainda são minoria em cargos de poder.

Possibilitar a participação efetiva das mulheres na política, na economia, na educação, nos espaços de tomada de decisões poderá trazer um contributo importante na resolução dos impasses que ora enfrentamos. O papel ativo das mulheres brasileiras na sociedade terá consequências diretas na melhoria da qualidade de vida não somente delas próprias, mas também de toda a sociedade.

Mesmo com todas as conquistas obtidas pelas mulheres brasileiras persistem ainda as dificuldades que precisam ser vencidas. Precisamos combater de norte a sul do país a visão sexista e discriminatória que diminui as mulheres atribuindo pesos diferentes às ações

quando feitas por homens e por mulheres. O protagonismo das mulheres, a sua atuação como sujeitos é visível na trajetória dos movimentos feministas e nas suas múltiplas lutas contra a subalternidade e para alcançar a igualdade e os direitos plenos da cidadania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as pessoas enfrentam uma dinâmica complexa de valores éticos, estéticos, econômicos, sociais, políticos. Alguns destes valores são compatíveis com a feminilidade, outros não. Cabe à mulher conciliar os valores em conflito, adotar estratégias de ação diferenciadas, inventar novas formas de viver e de reivindicar os seus direitos. Na realidade, muitas mudanças aconteceram e muitas ainda estão por vir. Neste contexto de mudanças emergem as mulheres. Tornam-se visíveis.

Tornar pública a história das mulheres significa dar a todos(as) a oportunidade de conhecer os tortuosos caminhos pelos quais muitas mulheres passaram até chegar à conquista da cidadania, mas também favorecer para que sejam desconstruídas as ideias preconceituosas que estão arraigadas e contribuir com o desvelamento das relações sociais de gênero.

É certo que não são somente as mulheres a única parcela da população que sofre discriminações, ou que tem a sua história esquecida em muitos aspectos. Também o são as crianças, os idosos, os negros, os índios, os imigrantes e muitos mais. A causa das mulheres não pode, e não deve restringir-se a elas. Há que ser uma causa da sociedade que busca uma justiça social, que necessita divulgar a história dos povos, principalmente dos segmentos que foram por anos a fio segregados, e que tiveram seus episódios silenciados ocasionando um vazio na história da humanidade.

Muitos avanços tem ocorrido no desvelar da história das mulheres, todavia, sabe-se que em alguns momentos, há uma tendência ao retrocesso. Conciliar a vida doméstica com a vida profissional, vencer a violência, conquistar espaços de decisão e de poder tem sido um desafio constante para as mulheres. Ainda há muito por lutar, muitos caminhos a percorrer, muitas conquistas a fazer. Porém há uma força, uma energia, uma crença que impulsiona este caminhar e que impede o regresso aos fantasmas do passado. A crença numa sociedade mais justa e igualitária.

O Brasil deste século não pode prescindir da presença e da atuação de homens e mulheres comprometidos(as), que respeitem a diversidade e a pluralidade de opiniões e de posições e que arregacem as mangas na luta por uma sociedade e um Estado sério e comprometido que garanta a efetividade das políticas públicas em favor daquelas pessoas que delas necessitam.

A participação efetiva e qualificada das mulheres nos espaços públicos, associada à busca pela igualdade de direitos e de oportunidades não se restringe apenas ao esforço pela equiparação com os homens. São necessárias medidas que assegurem a igualdade de oportunidades na educação, no trabalho, na participação social, política e econômica.

É fundamental integrar a política de igualdade de gênero em todas as políticas públicas. Há que estabelecer ações positivas que fortaleçam a participação das mulheres nos espaços públicos, assegurando-lhes o acesso a recursos econômicos, aos serviços de saúde, educação, ação social, o direito à posse da terra, dentre outros. Há que erradicar toda discriminação, toda forma de violência baseada em gênero, e assegurar às mulheres o pleno desenvolvimento em todas as esferas de sua vida, proporcionando-lhes o exercício de uma cidadania plena e o gozo dos direitos humanos em igualdade de condições com os homens.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2001.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.
- BONDER, G. Mujer y educación en América latina: hacia la igualdad de oportunidades. *Revista Iberoamericana de Educación-Gênero y Educación*, p. 9 – 48, set./dez. 1994. Acesso em 30/04/2007. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/oeivirt/rie06a01.htm>>.
- CASTRO, Z. O. de. *Falar de Mulheres da Igualdade à Paridade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- COHN, A. Políticas sociais e pobreza no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 12, p. 7, jun. - dez. 1995. Acesso em 30/04/2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.
- DIAZ, C. V. La mujer em la historia y la historia de las mujeres. In: *Mujer y Educación*. Barcelona: Ed. Grão, 2002.
- DUBY, G.; PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Ed. Afrontamento, 1991.
- ERGAS, Y. O sujeito mulher. o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Ed.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Ed. Afrontamento, 1991. v. 4.
- HENRIQUES, F. *Igualdades e Diferenças*. Porto: Porto editora, 1995.
- MICHAUD, S. La mujer. In: *El Hombre Romántico*. [S.l.]: Alianza Editorial, 1997.
- NASH, M. *As Mulheres no Mundo: Histórias, desafios e movimentos*. Vila Nova de Gaia: Editora Ausência, 2005.
- PENA, M. V. J.; CORREIA, M. C.; BRONKHORST, B. V.; OLIVEIRA, I. R. de. *A Questão de Gênero no Brasil*. Brasília: Banco Mundial, CEPIA, 2005.
- PINTO, T. Industrialização e domesticidade no século XIX. a edificação de um novo modelo social de gênero. In: HENRIQUES, F. (Ed.). *Gênero, Diversidade e Cidadania*. Lisboa: Colibri, 2008. p. 155–168.
- PIOVESAN, F. Direitos civis, políticos: a conquista da cidadania feminina. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM, Ford Foundation, CEPIA, 2006. Acesso em: 05/06/2007. Disponível em: <<http://www.mulheresnobrasil.org.br>>.
- PRIORE, M. D. *A mulher na história do Brasil: raízes históricas do machismo brasileiro*. São Paulo: Contexto, 1994.
- RAGO, M. Ser mulher no século XXI. In: VENTURINI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. A. (Ed.). *Mulher Brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, scielo, p. 31 – 48, 00 2001. ISSN 0104-8333. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&nrm=iso>.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. 1991. Acesso em 17/04/2014. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>.
- SILVA, M. *Cidadania activa - desenvolvimento justo e sustentável*. Braga: Comissão Nacional Justiça e Paz, 2005.
- _____. Globalização, pobreza e gênero. In: HENRIQUES, F. (Ed.). *Gênero, Diversidade e Cidadania*. Lisboa: Colibri, 2008.
- SOARES, V. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURINI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. (Ed.). *A Mulher Brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.